



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 11 de abril de 2013

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	2
JORNAL DO COMMERCIO Queda nas demissões chega a 7,2%	3
JORNAL DO COMMERCIO Follow_Up	4
JORNAL DO COMMERCIO Lojistas procuram apoio para retomar atividades	5
JORNAL DO COMMERCIO Nota eletrônica	6
A CRITICA sim & não	7
A CRITICA Indústria	8
A CRITICA Risco de despejo no Cecomiz	9
A CRITICA À espera de recuperação	10
A CRITICA Julio Ventilari	11
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro	12
MASKATE Desoneração estimula fabricação de celulares	13
MASKATE Desoneração estimula fabricação de celulares (continuação)	14

CAPA

Indústria demite menos no trimestre

Nos três primeiros meses de 2013 a indústria demitiu 7,2% a menos, comparado ao mesmo período do ano passado, segundo dados do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas). Foram 5.745 rescisões de janeiro a março deste ano, contra 6.188

em 2012. Na opinião do secretário da entidade, Ricardo Ferreira, isso mostra que o setor industrial tem se recuperado do cenário de incertezas, principalmente o de duas rodas. "A Moto Honda e a Yamaha, por exemplo, tem buscado aumentar a sua produção", disse



Página A5

Frente & Perfil

COMPROMISSO

O Partido Social Democrático (PSD) realiza no próximo sábado evento pela prorrogação e ampliação da Zona Franca de Manaus. Será às 10h, no salão principal do hotel Caesar Business, localizado na avenida Darcy Vargas, Chapada. O presidente nacional da legenda, ex-prefeito paulistano Gilberto Kassab, confirmou presença. Seu vice, o governador amazonense Omar Aziz, quer que ele assuma compromisso com a Proposta de Emenda Constitucional que tramita no Congresso Nacional.

Queda nas demissões chega a 7,2%

Resultado aferido pelo Sindmetal revela tendência de "volta por cima" de setores como o de duas rodas, no trimestre

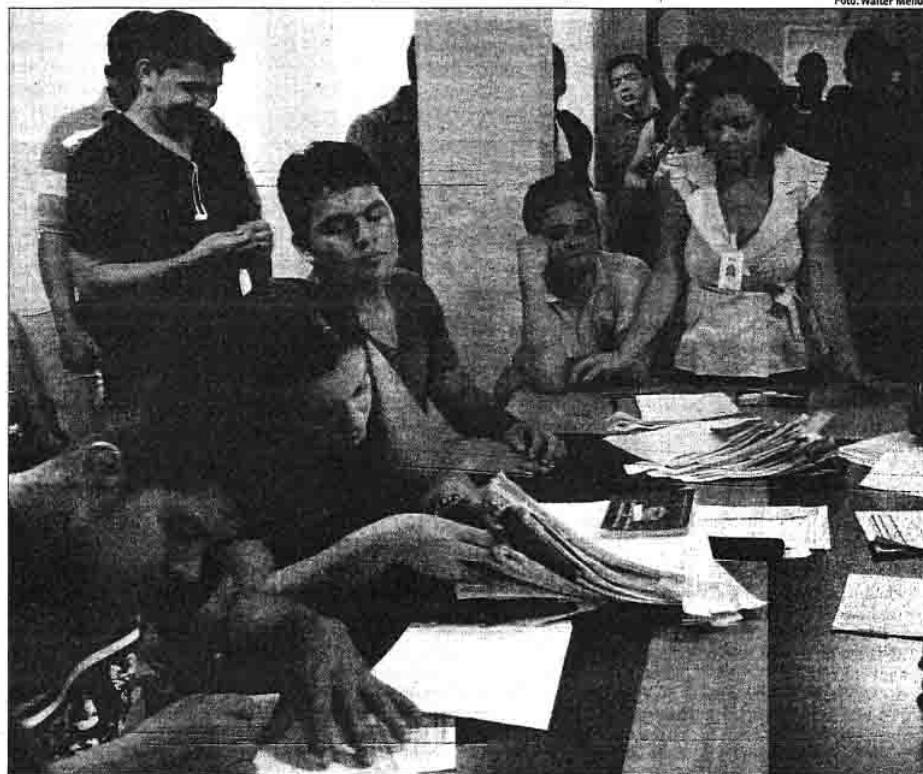
Por Olívia de Almeida

Nos três primeiros meses de 2013 a indústria demitiu 7,2% a menos, comparado ao mesmo período do ano passado, segundo dados do Sindmetal-AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas). Foram 5.745 rescisões de janeiro a março deste ano, contra 6.188 em 2012. Na opinião do secretário da entidade, Ricardo Ferreira, isso mostra que o setor industrial tem se recuperado do cenário de incertezas, principalmente o de Duas Rodas. "A Moto Honda e a Yamaha, por exemplo, tem buscado aumentar a sua produção e por conta disso atualmente estão contratando", aponta.

Ele revela que a partir dos próximos meses haverá bastante contratação, principalmente no polo de eletroeletrônico, motivado pela Copa das Confederações. "A Samsung e a LG fizeram em março um banco de dados com 400 trabalhadores que devem ser chamados em maio para suprir a demanda na produção", disse Ferreira.

O banco de currículos tem sido a solução para muitas empresas encontrarem o perfil profissional que elas precisam. "Elas dão treinamento e pedem pra ele aguardar a convocação assim que elas precisarem aumentar a produção", explica Ricardo. Hoje a maior parte das vagas é para operadores de máquinas e auxiliares de produção.

E como o mercado hoje não oferece trabalhadores qualificados, algumas empresas sentem dificuldade na hora de contratar. "Devido a isso, muitas vezes elas acabam recorrendo ao Sindicato, graças a nossa parceria com o Sine Amazonas, e solicitam curricu-



Apesar da queda neste ano na comparação ao ano passado, o ritmo de assinaturas de rescisões continua intenso na sede do Sindmetal

los de profissionais", comenta Ricardo Ferreira, secretário de saúde do Sindmetal-AM.

Demissões

Para o vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo por conta do cenário da indústria brasileira as empresas tem buscado fazer adequação em sua produção, algumas tem demitido e outras, até contratando, dependendo do segmento. "Já se pode notar uma melhora no setor no fim

Fieam avalia que as mudanças no cenário de contratações e demissões decorrem da adequação ao cenário macroeconômico

do trimestre, mas a crise ainda está muito presente e, por causa disso, e as empresas tem buscado ao máximo manter os trabalhadores", ressalta.

As empresas de eletroeletrônico, o de maior faturamento no PIM (Polo Indus-

trial de Manaus), foram as que mais demitiram: Samsung (392) e Semp Toshiba (283). Em terceiro lugar aparece a duas rodas, Moto Honda (221), seguida pela Sony

Brasil (213).

O presidente do Sinaees/AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Celso Piacentini, destaca que as empresas que mais

demitiram são também as que mais empregam atualmente. "Esses números mostram a sazonalidade do setor eletroeletrônico, dependemos de datas comemorativas; o fim do ano a produção é bastante aquecida por conta disso", explica.

Piacentini aponta que é normal esse esfriamento no início do ano. "Já durante o ano, creio que não haverá nenhum crescimento significativo, devemos manter os mesmos números do ano passado", prevê o portavoz.

Por dentro

IBGE

O número de empregados na indústria brasileira manteve-se estável em fevereiro em relação a janeiro, segundo a Pimes (Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário), divulgada ontem (10) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou variação nula, após apresentar queda de 0,3% em dezembro e estabilidade em janeiro. Na comparação com fevereiro do ano passado, o índice recuou 1,2%, o 17º resultado negativo consecutivo, repetindo a taxa negativa observada em janeiro. Ante fevereiro de 2012, o contingente de trabalhadores caiu em dez dos 14 locais pesquisados. O principal impacto negativo ocorreu na região Nordeste (-5,3%). Também houve queda nas taxas de ocupação na indústria em: São Paulo (-1%), Rio Grande do Sul (-3,1%), Pernambuco (-10,5%) e Bahia (-4,4%). Já o Paraná (1,4%) teve contribuição positiva sobre o emprego industrial do país.

Números

RESCISÕES

	2012	2013
JANEIRO	1536	1723
FEVEREIRO	2002	1985
MARÇO	2653	2037
TOTAL	6188	5745

Follow_Up



EMPRESARIAL

Porto das lajes, Uma Reflexão

PARTE II

A perda da competitividade é também perda de eficiência produtiva, no sentido amplo, é perda de receita, redução de empregos, de tributos e de oportunidades. E mais: um atestado eloquente da visão míope reinante quando se trata de equacionar o bem comum. Retomar o Caso Porto das Lajes é convocar os atores alcançados por essa protelação irracional para fazermos da reflexão uma preciosa lição: a de que precisamos avançar em múltiplas direções tendo em vista esta e as futuras gerações. E caberia, nesse contexto, retomar o caso da reforma do Mercado Adolpho Lisboa, parada desde 2006, com danos e perdas múltiplas de negócios, oportunidades e de credibilidade nas instituições. E o que dizer dos projetos de mobilidade urbana, travados em nome de interesses inespecíficos, nebulosos, de valores arquitetônicos que não valem a desordem urbana que provocam: o caos instalado como critério de vida em comum. A intransigência de

alguns zeladores da Lei, que confundem o essencial com o conjuntural, impõem rituais de uma burocracia ou liturgia historicista que desembaraça no dano coletivo – reduz o lucro e o tributo! – e beneficia, quase sempre, vaidades pessoais ou picuinhas políticas. É hora da fazer a fila do bom senso andar de verdade.

Maldição burocrática

Temos sido vítimas da maldição burocrática que transforma o instrumento da ação ordenadora do poder público numa entidade com fim em si mesma, a conferir poder e frequentes vantagens a seus executores. Essa anomalia frequentemente se alia a esquemas sórdidos de retaliação, de instrumentalização de princípios e valores. Conceitos como sustentabilidade, preservação, arqueologia e memória foram adotados em manobras rasteiras para demonizar desafetos ou concorrentes, sejam lá quais forem as consequências ou estragos ao bem comum. No caso recente do Tomba-

mento do Encontro das Águas, um instrumento sagrado de memória, usado com requintados estratagemas de manipulação da opinião pública para “demonizar” o Porto das Lajes e evitar sua construção, através da acusação infundada de que iria destruir o fenômeno. Uma grosseira falácia que, felizmente, foi desmentida pelo bom senso e pelas autoridades acadêmicas e órgãos públicos, como o Serviço Geológico do Brasil, taxativo em afirmar que a perenidade do fenômeno está assegurada porque é fruto de uma fenda geológica natural que ocorre na base rochosa da confluência dos rios há milênios. Por isso, há 60 anos, a Refinaria de Manaus fundeia seus petroleiros exatamente no centro de contemplação do fenômeno, e ninguém jamais levantou de longe a hipótese de que isso destruiria o Encontro das Águas. E se o temor é de que as embarcações ponham em risco esta área, a localização do Porto, 2,4 quilômetros rio abaixo, evitará que centenas de navios circulem sobre o fenômeno.

Passando a limpo

É preciso, pois, tirar a limpo essa estória, não apenas porque o Brasil está ardendo no fogo do imobilismo logístico. A MP dos Portos, esperança de investidores e da recuperação do crescimento, a propósito, está fazendo água, em nome de uma estrutura arcaica do sindicalismo perverso e incapacidade generalizada de negociar para avançar

o interesse nacional. Precisamos revisitar e entender a estratégia de protelação e saber como e porque mobilizou tantos atores e favores para travar a mobilização portuária. Esta Entidade, em conjunto com a FIEAM, para dar um exemplo, foi autora e testemunha de vários expedientes à Secretaria do Patrimônio da União-SPU, encarecendo uma simples declaração de disponibilidade em espaço de águas públicas para liberar o projeto do Porto junto à Antaq. Passados três anos do primeiro

Ninguém jamais levantou de longe a hipótese de que a atividade da Refinaria de Manaus destruiria o Encontro das Águas

pedido, nada aconteceu, sequer uma razão consistente ou convincente para a recusa. Uma cidade e um polo industrial que comparece com mais de 65% dos tributos federais de toda a Região Norte, e que padecem de estrangulamento logístico em sua estrutura portuária, ausência de balizamento de suas hidrovias e proibição federal de recuperação da Rodovia BR 319, que integraria o Amazonas ao resto do país, deveriam merecer melhor tratamento.

Modernização e paradigma

Mais do que reduzir o tráfego de grandes carretas pelas vias urbanas de Manaus, por ter seu acesso direto, longe da área urbana, ao distrito industrial por estar distante 2,4 km do epicentro de contemplação do fenômeno do Encontro das Águas, o Porto das Lajes reduziria drasticamente a circulação de navios cargueiros na confluência dos rios. Navios-tanque da Refinaria de petróleo aportam e ancoram no local há décadas e não registro de qualquer ameaça a esse patrimônio. Trata-se, pois, de um empreendimento inédito e referencial na história dos investimentos regionais de infraestrutura, cujos compromissos assumidos – entre eles um Parque Botânico que ocupará mais de 2/3 da área de infraestrutura portuária – buscam desenvolver programas ambientais e sociais e de educação patrimonial. Repensar essa estranha estória nos remete a buscar os caminhos de entendimento para sua elucidação, através de uma conversa transparente e proativa que, necessariamente, desembarcará na possibilidade da conquista de outras demandas, tão emergenciais quanto o

fortalecimento e adensamento de novos polos, como o químico e de fertilizantes, o polo de biotecnologia, nanotecnologia, aquicultura, turístico e de serviços. Afinal, a ZFM é um modelo de desenvolvimento econômico de ocupação, implantado pela União, para viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá. A atividade industrial de Manaus é a maior fonte de irradiação de riqueza da Região Norte do país, que cumpre, de fato, a função estratégica e geopolítica de promover integração produtiva e social desta região ao Brasil, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras e de conservação do patrimônio natural amazônico, detentor de 20% do banco de germoplasma do planeta entre outras prodigalidades. Merecemos mais transparência e respeito!

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Lojistas procuram apoio para retomar atividades

Representantes de 88 empreendimentos comerciais buscam retornar às atividades no shopping da ZFM, depois do incêndio ocorrido em 2009

Por J Taketomi

Foto: Walter Mendes

Aluta para sanar uma dívida estimada em R\$ 1.675 milhão com a Suframa e resgatar 88 lojistas à atividade comercial no Shopping Cecomiz levou à Alomiz (Associação dos Lojistas do Cecomiz) a buscar apoio político da Assembleia Legislativa. Segundo a presidente da Alomiz, Rosângela Laurindo de Lima, o problema, que já se arrasta há anos, agora está mais fácil de ser resolvido, a partir da união de todas as partes envolvidas no processo desde 2009, quando um incêndio destruiu o bloco B do Shopping.

Rosângela explicou aos deputados membros de uma Comissão Especial da Aleam, incumbida de intermediar a resolução do problema, que os entendimentos com o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, avançaram de forma bastante positiva nas últimas semanas. No entanto, devido à complexidade do caso, o superintendente o encaminhou à esfera do Tribunal de Contas da União (TCU) para se manifestar.



Lojistas querem voltar às atividades no shopping que foi considerado o shopping pioneiro

"Acreditamos que o TCU será razoável com a gente e temos esperança de que tudo caminhe de modo favorável, pois a Alomiz está unida com os 88 sinistrados do incêndio de 2009, agora falamos a mesma língua", destaca Rosângela. Os deputados Marcos Rotta (PMDB), Luiz Castro e Adjuto Afonso (PP) garantiram o apoio da Aleam às negociações no âmbito federal por meio da mobilização da bancada de parlamentares amazonenses no Congresso

Nacional junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para onde a questão deverá se arrastar em função do alto valor da dívida, acima de R\$ 1 milhão.

"Já conversamos com o superintendente Thomaz Nogueira sobre o parcelamento da dívida superior a 1 milhão de reais. Ele foi muito compreensivo e nos informou sobre duas propostas de parcelamento enviadas pela Alomiz", informou ao *Journal do*

Comercio o deputado Marcos Rotta. Ele recorda que em 2009 os proprietários de lojas vítimas de um incêndio no bloco B, do Shopping Cecomiz, exigiram que Suframa, autarquia dona do prédio na Zona Sul de Manaus, se responsabilize pela reconstrução do bloco. O Cecomiz é o primeiro Shopping da cidade, um shopping que não cobra estacionamento e que abriga serviços importantes prestados pelo Banco do Brasil e Receita Federal, dentre outros.

📊 Juros

Mercado aposta em alta da Selic na próxima semana

Apesar da surpresa positiva trazida pelo resultado do IPCA (índice oficial de inflação no país) em março, o mercado parece apostar em uma alta na taxa básica de juros nacional, a Selic, na próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central), na semana que vem.

Pelo menos é o que mostram as taxas dos contratos de juros futuros no curto prazo, as quais registram alta no início da tarde de hoje. Nesse mercado, os investidores avaliam o cenário para a Selic e compram

contratos apostando em seu valor ao final de cada mês nos próximos anos.

Por volta de 12h30 (horário de Brasília), o contrato de DI (Depósito Interfinanceiro) para julho de 2013 tinha taxa de 7,26% ante 7,25% vistos ontem. A mesma tendência de alta era vista com o contrato de DI para janeiro de 2014, que registrava taxa de 7,84% no mesmo horário ante 7,86% de ontem. Já os contratos de DI com prazos mais longos, apresentavam queda em relação ao fechamento de ontem.

Nota eletrônica

Sefaz detalha uso de Documentos Fiscais

Segundo Figueiredo Júnior, no Brasil já foram emitidas 6,5 bilhões de notas, sendo 42 milhões de notas no Amazonas, com 10 mil emitentes

A Equipe do Núcleo de Projetos Nacionais da Sefaz-AM (Secretaria de Estado da Fazenda) apresentou a representantes da indústria e comércio o panorama e perspectivas dos documentos fiscais eletrônicos em reunião na Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) de 2013.

O chefe do Centro de Estudos Econômico-Tributários da Sefaz/AM, Sérgio Figueiredo, disse que o objetivo da apresentação foi atualizar sobre status dos principais projetos nacionais de modernização, a começar pela Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) que entrou em vigor em 2008 nos setores de combustível e cigarros, mas que agora já se estendeu a vários outros setores.

Segundo Figueiredo Júnior, no Brasil, já foram emitidas 6,5 bilhões de notas, sendo 42 milhões de notas no Amazonas, com 10 mil emitentes.

"O Estado do Amazonas foi o primeiro a abolir a versão antiga da NF-e (1/1ª - nota de papel) em junho de 2012. Em breve, todos utilizarão a nova versão.

Atualmente, os contribuintes do varejo devem equipar as empresas com hardware acoplado ao Emissor de Cupom Fiscal (ECF) e software homologado

para a emissão do Cupom Fiscal. O investimento chega, em média, a R\$ 3.500,00 por máquina. Além disso, as empresas também entram com processo para obter a habilitação das máquinas junto à Secretaria, com tempo de liberação média de uma semana.

"Com a utilização da NFC-e todo esse processo é abolido. O contribuinte pode utilizar qualquer computador para registrar e transmitir dados on-line para a secretaria. Está liberada a aquisição de qualquer aplicativo que possibilite a emissão", disse Figueiredo.

Segurança

Em relação à Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor Final (NFC-e), ele afirmou que o consumidor terá a segurança de contar com o documento fiscal a qualquer momento que precisar, não tendo de acumular papel. As informações poderão ser enviadas pela empresa por e-mail para o cliente.

"O consumidor final poderá armazenar os dados da compra contidos no QR Code (código bidimensional) direto no seu smartphone ou tablet, podendo realizar a consulta do documento na página da Sefaz e emití-lo a qualquer momento e o Es-

tado também se beneficiará da massificação do uso da NFC-e", disse.

O Projeto da NFC-e no Estado está na fase piloto nos estados do Amazonas, Acre, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Amazonas participam a Casa das Correias, as empresas Attack, Farmabem, Mirai Panasonic e Comepi. A previsão é que a partir do segundo semestre de 2013, quando encerra a fase, as demais empresas façam a migração do atual sistema para a NFC-e.

O auditor fiscal da SEFAZ/AM, Adriano Ribeiro, falou ainda sobre a obrigatoriedade das transportadoras em fazer a migração do conhecimento de transporte tradicional, em papel, para a emissão do documento eletrônico (CT-e). A mudança começou no país no final do ano passado e deve estar completa até o encerramento de 2013, quando todos os transportadores interestaduais e intermunicipais de cargas do país deverão estar utilizando o CT-e, sob pena do pagamento de multa e retenção da carga", disse.

"Em paralelo à adoção do CT-e, será implantado no decorrer de 2013 e 2014 o Manifesto Eletrônico de Documentos

Fiscais (MDF-e). O documento eletrônico informará ao fisco toda a documentação fiscal das unidades de cargas (carrinhos, contêineres, aeronaves e embarcações), permitindo maior agilidade na liberação das mercadorias nos terminais de destino", disse Ribeiro.

O Projeto Brasil ID (Rastreamento de Cargas), que é um Sistema Nacional de Identificação, Rastreamento e Autenticação de Mercadorias por radiofrequência, funciona por meio de chip instalado nas embalagens das mercadorias, que emite sinais a serem captados por antenas espalhadas em todo o território nacional.

"Além da automatização dos processos, o novo sistema vai agilizar a logística de transporte, reduzir custo e tempo, e possibilitar um tratamento diferenciado nos postos fiscais, pois por onde o produto passar, vai deixar informações", disse.

Por fim, o auditor fiscal da Sefaz/AM, Alan Correa, apresentou a Escrituração Fiscal Digital (EFD), que desde 2009, está em formato de obrigatoriedade. O arquivo é um conjunto de informações referentes às operações, prestações de serviços e apuração de impostos do contribuinte

Manaus, quinta-feira, 11 de abril de 2013.

sim & não

PT e Fepesca perdem para evangélicos

A Assembleia de Deus levou a melhor numa articulação pelo controle da superintendência regional da Pesca no AM. A ação costurada pelo deputado federal Silas Câmara (PSC) pôs no órgão o ex-dirigente da autarquia Nonato Sousa Pereira Costa, tirando da chefia o petista José Otoni, indicado pelo PT-AM, e eliminando as chances da Federação dos Pescadores do Amazonas (Fepesca), que desde o ano passado também estava na disputa pela superintendência.

Submanchete A avaliar pela abordagem que os jornais de Belém deram ao julgamento do TSE que fez o Pará ganhar quatro vagas de deputados federais, como efeito de causa defendida pelo AM, o Estado deu de ombro ao fato. O Liberal foi o que mais destaque deu à notícia: uma submanchete.

Contra o AM Ironicamente, a classe política paraense tem se manifestado com frequência contra o Amazonas. Basta lembrar que parlamentares do Pará votaram contra a criação do TRF-AM e são contrários ao ICMS interestadual que beneficia a Zona Franca de Manaus.

informou que chegará a Manaus sábado à noite e que no domingo participará de evento organizado por Omar Aziz.

Apoio O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, confirmou ontem a parlamentares de seu partido em Brasília que virá a Manaus para declarar apoio à ZFM. Ele

Indústria

Diagnóstico de áreas estratégicas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) vai apresentar, em julho, um diagnóstico sobre temas estratégicos para a indústria brasileira. Em reunião realizada ontem, o colegiado, responsável pela articulação da política industrial brasileira, aprovou a proposta da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para debater e definir medidas e ações que melhorem o ambiente de negócios do país e ajudem a recuperar a competitividade da indústria. “Há muita coisa que precisa ser feita que não exige desonerações. São medidas para reduzir a burocracia, para modernizar marcos regulatórios do investimento”, afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, ao sair da reunião, realizada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Risco de despejo no Cecomiz

Lojistas devem mais de R\$ 2 milhões em aluguéis atrasados para a Suframa, dona do terreno em que o shopping funciona

CINTHIA GUIMARÃES

cinthia.guimaraes@acritica.com.br

Os lojistas do Shopping Cecomiz, Zona Centro Sul, correm o risco de serem despejados do local, que funciona precariamente desde o incêndio ocorrido em outubro de 2009. Devendo mais de R\$ 2 milhões em aluguéis atrasados com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), dona do terreno, eles estão apreensivos com o julgamento da ação de despejo que deve ser decidida nos próximos dias pela Justiça Federal, em Brasília, mas ao mesmo tempo estão otimistas em resolver a questão e retomar o movimento no centro comercial.

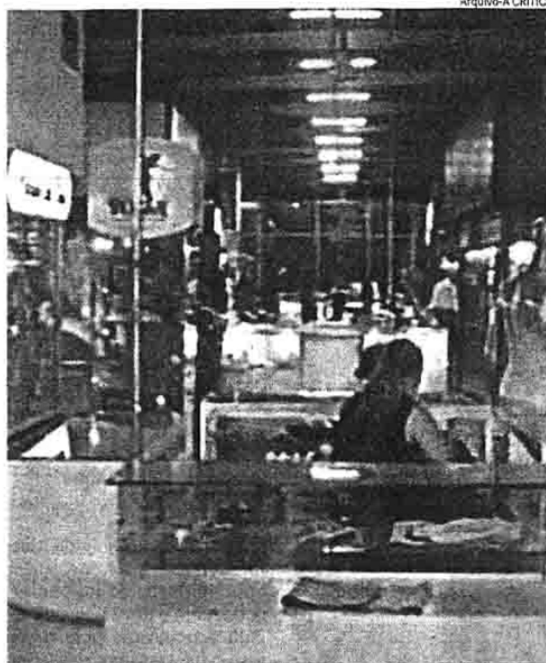
A Suframa informou em nota que não há mais o que fazer, além de esperar o resultado da ação, já que dívidas que ultrapassam R\$ 500 mil são decididas pela Justiça, apesar o superintendente Thomaz Nogueira ter sido procurada na semana passada Associação de Lojistas do Cecomiz (Alomiz). Ele sugere

riu aos empresários apresentar as propostas nos autos do processo judicial. A primeira opção é pagar R\$ 2.026 milhões em até 12 anos. Já na segunda, a ideia é pagar R\$ 1.675 milhão divididos em 10 anos.

Ontem, o Tribunal Regional Federal (TRF1) considerou fora de prazo a inclusão da proposta de parcelamento da dívida, mas ainda falta ser julgado o mérito da questão.

A Alomiz também buscou apoio dos deputados Marcos Rotta (PMDB), Adjuto Afonso (PP) e Luiz Castro (PPS) Assembleia Legislativa do Estado (ALE), onde estiveram ontem. "Eles têm nosso apoio político. Esse é um momento de mobilizarmos todos os instrumentos políticos para reestruturação do shopping que tem um valor emocional e histórico para Manaus", disse Marcos Rotta.

De acordo com a presidente da Alomiz, Rosângela Lima, os empresários estão dispostos a pagar a dívida - referente ao alu-



Lojistas querem permanecer no Cecomiz, mas não têm como pagar dívida

Arquivo-A CRÍTICA

Primeiro

O Cecomiz é considerado o primeiro centro comercial de Manaus, inaugurado na década de 80. O incêndio, que aconteceu há 3 anos atingiu um dos pavilhões e destruiu 50 das 96 lojas do centro de compras, paralisou as atividades e derrubando o movimento.

guel do local. "Creio com o superintendente Thomaz está se mostrando interessado para que a questão seja resolvida e possamos continuar trabalhando", disse. Rosângela informou que os advogados da Alomiz já ingressaram com um novo pedido de negociação via União.

A Suframa informou que tem uma série de sugestões para melhorar a infraestrutura do centro comercial, informou Thomaz Nogueira, mas nada será feito sem que, primeiro, haja uma solução legal.

À espera de recuperação

A recuperação das vias do Distrito Industrial segue indefinida mesmo após acordo firmado entre Suframa e Seinfra

STEFFANIE SCHMIDT
stefanie@acritica.com.br

Um arquipélago de buracos. Essa é a realidade das ruas do Distrito Industrial 1, Zona Sul, que deverá permanecer assim até que o projeto de recuperação seja licitado. Um acordo firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), em dezembro de 2012, no valor de R\$ 114,9 milhões, para recuperação das vias, ainda não saiu do papel.

A previsão, na época da assinatura do convênio, era de que as obras tivessem início no mês passado. O atraso, segundo informações da Seinfra, ocorreu por conta de ajustes que técnicos da Suframa fizeram no projeto. O processo com documentação já se encontra na Comissão Geral de Licitação (CGL) e deverá ser concluído em até 45 dias.

O dinheiro está liberado para a execução da obra, um montante de R\$ 104,4 milhões do Governo Federal e R\$ 10,4 milhões de contrapartida do Estado. Mas, enquanto isso, quem trafega pelas ruas da região acaba arriscando a vida para garantir o sustento. É o caso do auxiliar de carga Robson Galvez, 20. Ele anda todo os dias na avenida Grande Circular para chegar ao trabalho e com o desvio que os carros fazem dos buracos, se sente ameaçado. Além disso, quando passam por uma cratera, os veí-

Problemas

Outros dois problemas são recorrentes quando se fala em vias do Distrito Industrial: a iluminação pública deficiente, que facilita a ação de marginais, o mato que cresce nos canteiros centrais das principais avenidas da região.

culos costumam espirrar a lama acumulada nelas. "É perigoso para quem dirige e até pra quem anda a pé", disse.

O mototaxista Lincon Alves diz que costuma presenciar acidentes com frequência na rotatória da Gillette, no ponto onde trabalha há mais de cinco anos. "Além disso, quebra muita peça de carro e de moto", afirmou. "Acho que nunca vi essa rua aqui lisinha", completou. O colega de profissão, Carlos Souza, concorda e "profetiza", com base na experiência vivida no local: "Nesta época de chuva, isso deve piorar".

Há um ano e meio o frentista Assis Vasconcelos deixou de andar de ônibus para chegar ao trabalho e comprou uma moto. Segundo ele, é mais vantajoso. "Moro no Armando Mendes (vizinho ao Distrito) e sempre chegava atrasado vindo de ônibus, por conta dos buracos. De moto, ainda consigo desviar, apesar de ser perigoso", disse.



Na avenida Abiurana o asfalto está todo esburacado e os veículos disputam o espaço que ainda está em condições

Em números

#

33

É o número de ruas previstas para serem recuperadas, num total de 58 quilômetros de revitalização. Além dessas, outras três vias serão ampliadas: Tento, Aninga e Miri Miri, o que deverá elevar em mais nove quilômetros o sistema viário da área.

Saiba mais

>> **Contramão**
Na avenida Abiurana, carros se arriscam na contramão para desviar de buracos. O perigo é evidente quando os ônibus passam pelo local.

>> **Prazo**
De acordo com o convênio firmado entre Seinfra e Suframa, o prazo para recuperação das vias do Distrito é de 24 meses.

>> **Distrito 1**
Além da recuperação estão previstos a construção de novos abrigos de pontos de ônibus e sinalização, no Distrito 1.

>> **Distrito 2**
Na segunda etapa do Distrito, as novas ruas: Aninga, Miri Miri e Tento, também terão pontos de ônibus e sinalização.

Julio Ventilari

Papo cabeça

■ ■ ■ Ontem, Bosco Saraiva e Thomaz Nogueira trocaram ideias. Na conversa, o presidente da Câmara Municipal ouviu sugestões do superintendente da Suframa ao Plano Diretor. As propostas têm a ver com a desburocratização para atrair para Manaus mais indústrias. E, claro, expandir os domínios do PIM.

Todos juntos...

■ ■ ■ No rasante por Manaus, Gilberto Kassab ganhará, domingo, café da manhã no Caesar Bussines pilotado por Omar Aziz. Até mesmo políticos que não fazem parte da base aliada do governador estão sendo convidados para o encontro com o ex-prefeito de São Paulo.

...como se fosse um

■ ■ ■ O prefeito Artur Neto é um dos que confirmaram presença no encontro, que terá como foco uma união em defesa dos interesses da ZFM.

Claro & Escuro

Com risco de tiro sair pela culatra, articulação de Dilma será decisiva

Para alguns, o pedido de redistribuição de vagas na Câmara dos Deputados, feito pela Assembleia Legislativa do Estado (ALE), não poderia ter tido parecer favorável em um momento político tão inapropriado quanto o atual. Isso porque o Estado busca apoio no Congresso Nacional para garantir alíquota diferenciada do ICMS nas operações com a Zona Franca de Manaus e também para a prorrogação dos incentivos fiscais do modelo ZFM por mais 50 anos. Na decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Amazonas ganhou mais uma vaga de deputado federal, mas para isso Estados do Nordeste, justamente os que podem apoiar os pleitos amazonenses, foram prejudicados. Agora resta torcer para que a presidente Dilma use sua ampla base aliada para que o Estado não sofra retaliações nas duas situações, já que a própria presidente disse que a Zona Franca é prioridade em seu governo.



ZFM na sala de aula

Técnicos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) retomaram o ciclo de palestras em escolas públicas sobre o modelo de desenvolvimento econômico. A proposta é conscientizar a nova geração sobre a importância da indústria local para a Amazônia.

da Câmara, Bosco Saraiva, como parte das discussões para a elaboração do novo Plano Diretor de Manaus.

Nova baixa no PIM

A fabricante de componentes plásticos Locomotiva, antiga Amapoly, instalada em Manaus desde 1972, encerrará suas atividades este mês, com mudança para o Rio Grande do Sul e a demissão de 354 trabalhadores. É o reflexo da crise no segmento termoplástico.

Indústria no plano

A reclassificação das áreas urbanas que serão utilizadas para a expansão do Distrito Industrial e a contenção das invasões nos espaços destinados ao setor produtivo foram alguns dos temas tratados entre o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, e o presidente

Desoneração estimula fabricação de celulares

Os smartphones produzidos no País recebem desoneração de impostos (PIS/Pasep e da Cofins), conforme decreto nº 7.981, publicado na edição desta terça-feira (9) do Diário Oficial da União. De acordo com o Ministério das Comunicações, eles poderão ficar até 30% mais baratos do que os importados.

Na opinião do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, a medida deve incentivar a produção de aparelhos no Polo Industrial de Manaus (PIM). "Acredito que isso trará um aumento significativo da produção do produto, além de favorecer a geração de empregos no segmento", aponta o porta-voz.

De acordo com o Ministério das Comunicações, eles poderão ficar até 30% mais baratos do que os importados



Consumidores comemoram

E os consumidores comemoram a desoneração, que chegou em boa hora já que o Dia das Mães se aproxima. "Ter um bom celular não é mais um luxo, ainda mais com acesso à Internet, isso é uma necessidade, todo mundo quando está na rua precisa verificar e-mail e conta bancária", opina a funcionária pública, Andressa Oliveira.

Para o economista da Federação,

Gilmar Freitas, a novidade vai trazer outro benefício para o Polo, a competitividade das marcas, já que o valor do produto será inferior ao dos importados. "Não sabemos de até quanto será o aumento da produção ainda, porque é um aparelho que depende da demanda, entretanto como haverá uma redução significativa do preço final, as perspectivas são boas", acrescenta o especialista.



Comitê de Aplicativos Móveis

De acordo com o ministério, está prevista a formação do Comitê de Aplicativos Móveis, formado por representantes de governo, operadoras e fabricantes. O objetivo é estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de aplicativos no país e definir como podem ser usados nos smartphones beneficiados pela desoneração.

Segundo o ministério, a linha básica é desenvolver aplicativos focados nas ne-

cessidades brasileiras e não apenas traduções de aplicativos de sucesso desenvolvidos em outros países. Outro benefício esperado com a desoneração é incentivar a disponibilidade de aparelhos com tecnologia de quarta geração (4G) no padrão brasileiro, resultado do leilão realizado em junho de 2012. Atualmente, existem apenas três modelos com 4G no mercado brasileiro.

Desoneração estimula fabricação de celulares (continuação)

Promoção no PIM

E é o que também acredita o titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira. Para ele a medida é positiva e pode, ainda, facilitar o acesso da população à Internet móvel. "Com a desoneração sobre o preço do bem final também garantimos a manutenção da competitividade das empresas

instaladas no Polo Industrial de Manaus que, inclusive, poderão ter aumento na demanda", comentou.

Segundo dados do último indicadores da Suframa, nos dois primeiros meses do ano foram produzidos o total de 3.742.613 aparelhos celulares no PIM, 4,02 % a mais do que no mesmo período de 2012, o

que representou o faturamento de US\$352 milhões. Atualmente, seis empresas do Polo fabricam o produto: Digibrás Indústria do Brasil AS, Elcoteq da Amazônia LTDA, Evadin Indústria da Amazônia, Nokia do Brasil Tecnologia LTDA, Samsung Eletrônica da Amazônia e, Semp Toshiba Amazonas S.A.

Características Técnicas



De acordo com o decreto, terão direito à desoneração os celulares com internet em alta velocidade do tipo smartphone com valores até R\$

1.500. Segundo o ministério, entre as características técnicas necessárias do celular, que deverão constar do ato que deve ser divulgado ainda esta semana, estão o wi-fi, aplica-

tivo de navegação e de correio eletrônico, sistema operacional que disponibilize kit de desenvolvimento por terceiros, tela igual ou superior a 18 centímetros quadrados e aplicativos desenvolvidos no país, inclusive por terceiros. Adicionalmente, o Ministério das Comunicações poderá em seu ato estabelecer valores inferiores ao previsto no decreto, a depender dos requisitos técnicos estabelecidos.

O Ministério das Comunicações informou ainda que assinou termo de compromisso com a Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e com os fabricantes de celulares para que a redução de impostos decorrente da inclusão dos aparelhos na Lei do Bem seja integralmente repassada aos consumidores. A desoneração do PIS/Cofins é dada na etapa de venda ao consumidor.